

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

DEPOIS DA GUERRA, A “AQUIETAÇÃO DOS POVOS”: ALDEAMENTO DOS PAIAKU NA MISSÃO DO APODI, CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE (1700-1734)*

Ristephany Kelly da Silva Leite
Mestra em História e Espaços (UFRN)
ristephany.kelly@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em decorrência da Guerra do Açú, os povos indígenas dos sertões das Capitâneas do Norte do Estado do Brasil foram reduzidos em missões religiosas. Nestas missões, os indígenas ficariam sob a tutela de missionários das Ordens religiosas e seriam introduzidos à fé católica e aos costumes de vida ocidentais. Durante a primeira metade do XVII, as missões começam a ser fundadas no sertão, acompanhando a interiorização. A experiência da evangelização no litoral foi fundamental para a atuação missionária nos sertões, uma vez que a partir dos diferentes tipos de contato, os missionários foram adaptando-se e desenvolvendo novas estratégias de conversão. Estas missões e a atuação dos missionários eram entendidas como a maior influência exercida nos indígenas com o intuito de integrá-los à sociedade colonial. Estes locais também contavam com circulação de pessoas e estabelecimento de diversos tipos de contato entre os missionários, índios, sesmeiros da região, vaqueiros que trabalhavam para os proprietários de terra e oficiais da Coroa que, inclusive, recorriam às aldeias para suprir demandas contingenciais de suas tropas.

Sendo importantes interlocutores entre o Novo e o Velho Mundo, os missionários acabavam ganhando destaque nesse período, tanto para a Coroa que dependia deles como uma forma de poder informal, para alcançar as partes mais interiorizadas do território ultramarino, quanto para os indígenas, por se tornarem os “tradutores” do mundo

*Este trabalho faz parte da dissertação “O regresso dos Paiaku: deslocamentos e agências indígenas entre as Capitâneas do Rio Grande do Norte e Ceará (1700-1768)”, defendida em 2020 no Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ocidental para eles. Os indígenas, por sua vez, traduziam os símbolos de seu mundo para os missionários, o que possibilitava a elaboração de estratégias para a conversão destes. Neste trabalho, pretendemos abordar a Missão do Apodi, na qual parte dos índios Paiaku que travaram diversos conflitos durante a chamada Guerra dos Bárbaros foram aldeados.

A Missão do Apodi foi criada em 1700 e inicialmente administrada pelos jesuítas. Posteriormente, em 1734, após um período de ausência de missionários fixos na Missão, ela foi retomada pelos Capuchinhos, que permaneceram na administração até 1761, quando a vila de Portalegre foi erigida e os índios da Missão foram transferidos para ela. A partir de fontes coletadas no Arquivo Histórico Ultramarino e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, procuraremos compreender este primeiro processo de territorialização pelo qual os Paiaku que habitavam o interior da Capitania do Rio Grande do Norte passaram, analisando as interações entre os diversos agentes que circulavam pela única missão da capitania localizada na porção interiorana.

PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DOS PAIAKU

As primeiras missões da Capitania do Rio Grande foram implantadas no último quartel do século XVII, sendo elas as Missões de Guajirú e Guaraíras, apontadas por Fátima Lopes (2003) como missões originadas de aldeias indígenas, junto com Mipibu e Igramació que, no entanto, somente foram fundadas no século XVIII. Já a Missão do Apodi teria sido formada pela redução de indígenas tapuias em decorrência da chamada Guerra dos Bárbaros.

Devido aos conflitos da Guerra do Açú, Dom João de Lencastre relata ao Governador de Pernambuco a importância de se criar novas povoações de Aldeias nas ribeiras do Açú, Jaguaribe e Piranhas, para que a segurança da população que habitava aqueles sertões fosse garantida². As preocupações quanto a possíveis contendas eram latentes, haja vista os confrontos com e entre os grupos indígenas que transitavam naquelas partes ainda serem intensos (PUNTONI, 2002).

² CARTA para o Governador de Pernambuco, 08/06/1691. In: Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, v. 38, p. 314, 1937.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

No entanto, há de se considerar sempre os interesses coloniais de agrupar os indígenas para que eles, através dos missionários responsáveis por sua administração naquele momento, pudessem ser convertidos à fé católica e introduzidos nos modos de vida ocidentais, e assim não oferecessem resistência ao domínio colonial. Outro elemento importante a ser considerado neste momento é a abertura de caminhos para o Estado do Maranhão. Fátima Lopes aponta que “em 1695, o Governador Geral também justificou a instalação destes aldeamentos não só pela segurança dos moradores, mas também por abrir caminhos para o Estado do Maranhão” (LOPES, 2003, p. 257). Uma vez abertos, estes caminhos facilitariam o comércio entre os Estados do Brasil e do Maranhão.

Ainda devemos apontar que quanto mais indígenas estivessem aldeados, em locais fixos determinados pela Coroa portuguesa, menos seriam aqueles que transitariam por estes sertões, e mais seriam as terras que poderiam ser doadas através de sesmarias para particulares, das quais estes tirariam seus proventos, através da utilização delas para produção de gêneros agrícolas ou para a pecuária, atividade que se desenvolveu fortemente no final do século XVII no interior das Capitânicas do Norte do Estado do Brasil. Uma vez que estes particulares produzissem e lucrassem nestas terras, a Coroa também recebia um percentual dos lucros através dos impostos cobrados.

Desta forma, muitos eram os motivos que a Coroa portuguesa tinha para instalar as Missões no interior das Capitânicas do Norte, no entanto, esbarrava em uma dificuldade: a falta de recurso. Quando foi sugerido a instalação das Missões nas ribeiras do Açú, Jaguaribe e Piranhas, a sugestão era que fossem instaladas duas missões em cada uma das ribeiras, cada uma com cem casais, no entanto,

Por causa das diversas advertências quanto às dificuldades de se formar as seis aldeias (grande distância dos núcleos coloniais, dificuldade de se obter sustento para os primeiros tempos, inexperiência dos soldados e dos moradores no trato com os tapuias, dificuldade de se obter os trezentos índios domésticos), foram fixados permanentemente em apenas três postos avançados: os Presídios das ribeiras do Açú, Jaguaribe e Piranhas. Contudo, manteve-se o intento de se situarem os tapuias nas proximidades destes Presídios, como foi feito com os Janduí no Açú, em 1696, e os Paiacu no Jaguaribe e na Lagoa do Apodi em 1699 (LOPES, 2003, p. 376).

Assim, os Paiaku passaram por um processo de territorialização, quando, em consequência da chamada Guerra dos Bárbaros, foram aldeados na Missão do Apodi.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

João Pacheco de Oliveira (1998, p. 54) apontou que a presença colonial instaurou “uma nova relação da sociedade com o território, deflagrando transformações em múltiplos níveis de sua existência”, como ocorreu com os grupos indígenas que foram aldeados em decorrência da Guerra do Açu. Estes, além de terem limites territoriais fixos demarcados pela Coroa (o território das missões), ainda tiveram que se adaptar a um novo modo de vida que, de acordo com as determinações régias, não contava com as migrações sazonais que eram realizadas em decorrência das secas ou dos períodos de coleta, com os locais próprios adotados para realização dos seus ritos sagrados ou com sua liberdade habitual de ir e vir por estes sertões.

Para Pacheco de Oliveira,

a noção de *territorialização* é definida como um *processo de reorganização social* que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

Os indígenas que foram aldeados nas missões religiosas tiveram que se reorganizar socialmente, foram apresentados a outras formas de viver, além daquela tradicional com a qual já estavam habituados e foram inseridos em uma outra cultura, que possuía valores e costumes bem distintos daqueles adotados por eles.

Há de se considerar que estes grupos indígenas já possuíam certo contato com colonos, pois já conviviam com os sesmeiros que solicitavam terras no sertão, por vezes até os ajudando a escolher as terras mais apropriadas para a produção agrícola ou para a pecuária, porém, nas missões religiosas, o contato com a cultura ocidental tornou-se sistemático e incisivo.

Dessa forma, através da acomodação de diferentes grupos de nativos, com a finalidade de sua catequização e sedentarização, nas missões religiosas

que são unidades básicas de ocupação territorial e de produção econômica, há uma intenção inicial explícita de promover uma acomodação entre diferentes culturas, homogeneizadas pelo processo de catequese e pelo disciplinamento do trabalho (OLIVEIRA, 1998, p. 57).

Então, os indígenas que fossem aldeados teriam que falar a língua portuguesa, participar de toda ritualística católica cotidiana e fixar moradia, se acostumando a outras

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

formas de vida e trabalho, consolidando a intensão da Coroa de homogeneização daquelas populações tão diversas entre si. Contudo, apesar dos esforços da Coroa para aldear os índios, intencionando o fim dos conflitos naquela região, estes continuavam a ocorrer.

MISSÃO DO APODI

A Missão do Apodi foi fundada em 10 de janeiro de 1700, pelo padre jesuíta alemão Filipe Bourel, e pouco tempo depois, em 16 de março do mesmo ano, um grupo de índios Janduí atacaram os Paiaku ali aldeados. Os Janduí teriam sido armados pelo Capitão-mor Bernardo Vieira de Melo, que teria fornecido munição e incitado o confronto para poder cativar os Paiaku. Como estes indígenas haviam estabelecido um acordo de paz em 1695³, caso entrassem em confronto poderiam ser acusados de estar em guerra justa. Fátima Lopes narrou que “de mais de seiscentos Paiaku aldeados, neste ataque morreram setenta e três, e oitenta ficaram cativos” (LOPES, 2003, 377).

Este não foi o único relato de envolvimento dos Paiaku em conflitos que foram incitados pelas autoridades coloniais a fim de cativar os índios. O Sargento mor José de Moraes Navarro narrou que, em 1710, três capitães do Terço dos Paulistas, juntamente com os moradores da Ribeira do Açú, teriam provocado contendas entre os índios Paiaku aldeados no Apodi e os índios *Panucuguassu* (Panicuaçu), aldeados por Manuel Álvares de Moraes Navarro, para que após guerrearem, fossem feitos cativos suas mulheres e filhos⁴. Os conflitos entre os nativos de diferentes etnias serviam, nesse contexto, para utilizar as rivalidades existentes entre os próprios grupos a favor do objetivo de enfraquecer estes povos, legitimando inclusive o cativo, fruto da guerra justa.

Novamente, os indígenas e a legislação que era aplicada a eles pela Coroa portuguesa, dividiam-se entre aliados e inimigos, por isso, as ordens e determinações

³ AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 42. CARTA do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, ao rei [D. Pedro II] sobre decisão dos oficiais da Câmara e moradores de Natal de se fazer um presídio no sertão do Açú, que seria sustentado por seis meses pelas farinhas dadas pelos moradores. Anexo: termo de obrigação entre os oficiais da Câmara de Natal e os moradores (cópia); tratado de paz com os tapuias Ariu Pequeno (cópia); tratado de ratificação da paz feita com os tapuias Janduí, da Ribeira do Açú (cópia); certidão do rendimento dos contratos do Rio Grande do Norte, de 1695 a 1697. 25/04/1697.

⁴ AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 65. CARTA do [sargento-mor do Terço dos Paulistas] José de Moraes Navarro ao rei [D. João V] sobre uma trama entre os capitães do Terço dos Paulistas e moradores da Ribeira do Açú para incitar os índios Paiacu contra os "Panucuguassu", aldeados pelo mestre-de-campo Manuel Álvares de Novais Navarro, a fim de conseguirem aprisionar as suas mulheres e filhos. 27/05/1710.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

régias seguiam dois sentidos: para os índios inimigos, o cativo; para os índios aliados, as pazes, o aldeamento e a vassalagem (PERRONE-MOISÉS, 1992). Este foi o caso dos Paiaku da Ribeira do Apodi que, em 1701, após comprovada sua inocência, tiveram seu perdão concedido através de um Bando, emitido pelo Governador de Pernambuco, juntamente com os Icó (LOPES, 2003).

Além dos conflitos, outro assunto constantemente discutido pelas autoridades coloniais eram as condições de instalações das missões. Em 1699, o Padre Filipe Bourel relatou sua penosa ida do Açu para o Apodi. Tendo partido da ribeira do Açu, o jesuíta relata um ambiente precário e faz descrições pessimistas (PORTO, 2000).

Cabe utilizar um trecho desse trabalho para escrever sobre o jesuíta Filipe Bourel, pela sua importância em fundar a Missão do Apodi e permanecer no local até sua morte, cuja causa não conseguimos determinar, tendo deixado cartas sobre o ambiente e sobre sua estadia, bem como inspirado um quadro representativo de seu falecimento. Este jesuíta, já em 1699 encontrava-se na Ribeira do Açu, para acompanhar as reduções. Esteve à frente da fundação da Aldeia de S. João Batista do Apodi (Missão do Apodi), juntamente com o padre João Guinzl (João Guedes), ficando o último mais envolvido com a missionação na Capitania do Ceará, aparecendo no Rio Grande como visitador (PORTO, 2000).

Maria Emília Monteiro Porto escreveu que, em 1702, os padres Manuel Dinis e Vicente Vieira também foram para a Missão do Apodi, relatando “uma imagem melancólica do espaço”, no entanto, não encontramos maiores informações sobre a atuação destes jesuítas na missão. Elemento que também aparece nas descrições do padre Bourel, são os relatos do espaço da missão como um exílio, com almas do Purgatório a quem ele deveria dedicar sua missão (PORTO, 2000, p. 217). Logicamente, as descrições do ambiente feitas pelos missionários sofreram influência do estilo de escrita que este empregou nas cartas, sempre utilizando imagens bíblicas em suas descrições, como o êxodo, o exílio, entre outros. Uma imagem frequentemente suscitada pelo padre Bourel é a imagem da missão como um purgatório, como uma dimensão nociva da missão aos padres jesuítas, no tocante à integridade espiritual. Como aponta Gil Macedo (2014, p. 214), “o ato de se purgar é manifesto na relação entre o jesuíta e a salvação do ameríndio”,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

no qual o missionário assumia uma posição degradada ao ir para estes purgatórios (missões).

O noviço Alexandre Nunes também acompanhou o padre Filipe Bourel na Missão do Apodi, “enquanto convalescia de melancolia”, o que faz Maria Emília Porto caracterizar a região como um “espaço de fuga para espíritos melancólicos”, posto também como espaço de isolamento, devido à grande distância até o litoral⁵. Essa tônica de isolamento acompanhou o discurso do missionário até seu falecimento e foi transposta na pintura que representa este momento. Não conseguimos localizar, na documentação, maiores informações sobre a ação do noviço na missão e quando este deixou de atuar junto a ela.

Os testemunhos do Padre trazem como elemento os trabalhos e perigos na Missão, porque existia uma constante ameaça de novos ataques dos indígenas de corso, o que ocasionava dificuldades na instalação de novos aldeamentos. Também destacava a “falta de sustento, que fazia os Paiacu atacarem o gado dos moradores, o que fazia com que os padres quisessem aldeá-los em novas localidades” (LOPES, 2003, p. 378). No entanto, contrastando com estas dificuldades, na escrita dos missionários também aparecem elementos de valorização das missões por permitir um maior controle dos missionários sob a população indígena e sobre as atividades que estes exerciam (PORTO, 2000). Os missionários precisavam empregar este tom propagandista para que a Coroa tivesse motivos para deixar o comando das missões permanecer em suas mãos, e para que a atividade missionária continuasse se propagando e atingindo o maior número de indígenas possível, como já vimos ser seu objetivo. Mas, além disso, não podemos ignorar o aumento da fazenda desses missionários que estavam envolvidos com a administração das missões indígenas.

Mesmo estando os índios aldeados em missões, os conflitos com os demais moradores da ribeira não cessavam. Em decorrência destes, em 1704 ocorreu a transferência de parte dos índios Paiaku da Missão do Apodi para a Missão de Igramació. Após contendas com os curraleiros da Ribeira, os Paiaku foram deslocados do sertão para o litoral (LOPES, 2003).

⁵ A lagoa do Apodi, onde se localizava a missão, dista 332 quilômetros da Fortaleza dos Reis Magos, em Natal.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Nas descrições que podemos utilizar para entender o cotidiano da missão, também se destaca as reclamações do Padre Bourel a respeito do uso de armas pelos índios. Sendo um assunto de extrema importância para as autoridades coloniais, pois influenciava diretamente na capacidade de controle que a Coroa exercia sobre a população que este tópico também fosse preocupação das autoridades coloniais:

Durante a ‘Guerra dos Bárbaros’, o uso contínuo das armas de fogo pelos tapuias fez com que o Governador Geral mandasse investigar de onde eles poderiam estar recebendo armas, pólvora e munições, com que se supriam há mais de cinco anos (LOPES, 2003, p. 378).

As armas vinham pelo rio Açu, mas também por colonos que trocavam tapuias por espingarda, fazendo resgate⁶. Outro elemento interessante de ser observado é a descrição do padre João Antônio Andreoni sobre a presença dos soldados na missão, que “é um elemento determinante para o controle da cultura indígena transtornada pela guerra” (PORTO, 2000, p. 220). Percebe-se que nas missões, ao menos durante este período de intenso conflito da Guerra do Açu, eram empregados dois controles: o dos missionários quanto ao convívio entre os índios e um primeiro momento de inserção dos mesmo aos costumes cristãos ocidentais; e o controle da Coroa por meio dos soldados, impedindo avanços bélicos e tentando evitar que os índios adquirissem armamentos. Mesmo com esse controle, os indígenas ainda saíam alguns meses durante o ano, para recolher frutos da época e, alguns deles fugiam para os sertões (LEITE, 1945). Desta forma, trazemos à discussão a consecutiva tentativa de controle da Coroa portuguesa sobre a população indígena e sua aceitação em determinados momentos e recusa em outros, evidenciando suas agências.

Outras formas de agência evidenciam-se no relato do padre visitador João Pereira que, em 1706, escreveu “que os índios do Apodi continuavam com alguns de seus costumes, andavam nus e pintados, com as bochechas, lábios e orelhas furadas, porém já haviam adquiridos alguns novos” (LOPES, 2003, p. 379), alguns deles frequentando a Igreja e os que estavam casados dormindo em barracas separadas.

Ainda se destaca que, segundo carta destinada à Junta das Missões, “era inconstante a fé dos Paiakus, crendo que estando a viver em Aldeias, seriam enganados

⁶ CARTA para o Governador de Pernambuco, 09/09/1706. AHU_CU, Cód. 257, fl. 189v. Registo de cartas régias e cartas dirigidas a várias entidades das diferentes capitanias do Brasil. 1698-1713.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pelos Missionários, que os entregariam ao Mestre de Campo dos portugueses, e seriam levados a duríssimo cativeiro” (PORTO, 2000, p. 237). Logo, mesmo os indígenas frequentando a igreja e realizando os rituais católicos, como apontado acima, o medo do cativeiro poderia ser um dos fatores que os fazia fugir das missões e retornar aos sertões, abandonando os hábitos adquiridas nos aldeamentos.

Em 1709, Filipe Bourel faleceu na Missão do Apodi, permanecendo nela apenas o Padre Bonifácio Teixeira. Antes de vir a falecer, o jesuíta relatou que, na visão dele, os índios haviam recuado a suas antigas superstições, “mostrando-se versáteis e inconstantes”. Relatou também que só permaneciam na missão por medo de serem escravizados (LEITE, 1945). Podemos perceber que o depoimento do padre contradiz o apresentado à Junta das Missões. Em um, os índios estariam fugindo das missões por ter medo de que os missionários os entregassem e os tornassem cativos, já no depoimento de Bourel, os índios que permaneciam na missão, somente o faziam por medo de serem escravizados pelos moradores ao redor.

Cada discurso demonstra seus interesses. As autoridades coloniais, a fim de obter um maior controle da mão de obra indígena, fazendo com que esta não fosse intermediada pelos missionários, apontavam a falta de controle sobre os índios destes religiosos, uma vez que estes últimos eram os responsáveis por regular o trabalho prestado à Coroa e aos moradores. Já o discurso do padre, apesar de enfatizar a saída destes índios e sua “inconstância”, indica que a proteção que as missões lhes forneciam para que não fossem escravizados os fazia permanecer nestes locais. No entanto, o que ficou evidente foi o poder de escolha que recaía sobre os indígenas. Estes poderiam permanecer nas missões, voltar para os sertões ou ainda transitar entre um espaço e outro, apontando que as possibilidades de agência destes não se limitavam ao conflito, à fuga ou à redução.

A morte do padre Phillippe Bourel foi transformada em quadro por um artista desconhecido de uma escola portuguesa de pintura do século XVIII. Sendo referenciado como o primeiro quadro representativo da ribeira do Apodi, oferece diversos elementos de análise da leitura que era feita sobre como eram as missões religiosas do sertão e de como elas eram representadas.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Figura I – Morte do Padre Filipe Bourel



Pintor desconhecido. Século XVIII. Óleo em tela; 110,5 X 133,5 cm. Coleção do Museu Nacional de Belas Artes – RJ. Catálogo MNBA, Safra, 1985.

A obra exposta acima é uma representação singular por não contarmos com muitas representações imagéticas da Capitania do Rio Grande durante o período representado. Também é peculiar a forma com que a morte do Padre Bourel é exposta.

Em artigo que se propõe a analisar os elementos constitutivos da tela, Jorge Coli (2009) atentou para a fusão dos elementos europeus e americanos presentes no quadro. Ao tempo que obras deste gênero, produzidas em escolas de arte europeias por pintores que, na maioria das vezes, nunca estiveram na América, refletem o imaginário de quem as pinta, misturada com as descrições realizadas sobre o território americano e seus elementos constitutivos, bem como sobre sua população. Desta forma, podemos ver representadas no quadro as paisagens americanas, mas com elementos estranhos a elas, como as fortificações tipicamente europeias, ou mesmo elementos típicos da cultura

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ameríndia ilustradas de forma pouco convencional, como as redes que aparecem em altura estranhamente elevadas do chão.

O autor relata ainda que as alegorias religiosas encontradas nas cartas do jesuíta aparecem também na pintura, uma vez que “a morte do padre Borel, na solidão do ermo, levando a fé, o batismo, para terras distantes e hostis, termo de sua renúncia ao mundo, é exposta como seu renascimento em Cristo” (COLI, 2009, 107). Desta forma, a ideia de purgatório encontrada nas cartas do Padre Bourel e analisada por Maria Emília Porto, aparece contrastada com a ideia de arrebatamento posta na pintura e salientada por Jorge Coli.

Segundo Olavo de Medeiros Filho (1993), a obra foi adquirida em 1964, em Londres, pelo então embaixador Afrânio de Mello Franco, e doado posteriormente ao Museu Nacional de Belas Artes, pela sua esposa, Germina de Mello Franco, em 1983. Atualmente, existe uma cópia da pintura exposta em um dos salões do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), que compõe “um elemento de memória regional e especialmente local, uma vez que tem um significado especial para a memória dos cidadãos de uma região periférica na geopolítica do Nordeste brasileiro como é o sertão do Apodi” (PORTO, 2019, p. 94).

A inspiração da pintura nas cartas do próprio padre Filipe Bourel pode ser justificada por uma das hipóteses levantada por Maria Emília Porto (2019) para a fabricação do quadro. Ela aponta que a obra poderia ter sido encomendada pelo padre João Guedes, já referenciado neste trabalho. Neste sentido, o missionário poderia ter disponibilizado tanto a carta do padre, datada de 1700, quanto o Necrológio de Bourel, feito pelo jesuíta Andreoni, em 1709 e encomendado o quadro como forma de homenagear o jesuíta. Como companheiro missionário de Bourel no momento de instalação das missões nos sertões do Rio Grande e Ceará, o jesuíta pode ter encomendado a obra. Outra hipótese levantada pela autora é que Jakob Masen, que estudou em Colônia (Alemanha) e atuou como pregador no mesmo local, em Paderborn e Trier, poderia ter convivido com o padre Bourel em Trier, pela proximidade das datas nas quais os dois frequentaram o local. Segundo a autora:

Masen estudou em Colônia e fez os votos finais para entrada na Ordem em 1648, atuando então como pregador em Colônia, Paderborn e Trier até sua morte em 1681. Poderia ter coincidido com o padre Bourel em terras renanas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

entre 1676 quando Bourel começou os estudos com a Companhia de Jesus em Trier, aproximadamente cinco anos de uma possível convivência que poderia ter gerado algum tipo de repercussão, que por caminhos obscuros possa ter definido a escolha do tema da pintura feita em uma oficina portuguesa (PORTO, 2019, p. 95).

No entanto, devemos observar que a data de falecimento de Jakob Masen é anterior à morte do padre Filipe Bourel, tornando assim, pouco provável que o mesmo tenha feito a pintura de sua morte na ribeira do Apodi. Desta forma, é mais plausível a primeira hipótese de que o jesuíta João Guedes tenha encomendado a obra, no entanto, pela falta de comprovação documental, podemos somente conjecturar.

A pintura ainda traz uma legenda em seu canto inferior direito, na qual pode ser lido

Padre Filipe Bourel, de Agripi, por 16 anos missionário no Brasil; por algum tempo com ministério no Colégio da Companhia de Jesus, na Bahia, que está junto ao mar dos brasileiros morre na presença dos portugueses, tendo desempenhado todas as funções dos sacerdotes na missão, junto ao lago do Apodi, não longe da localidade de Olinda, onde está o rio Paraíba, o seu leito reduto aos barcos dos brasileiros (MEDEIROS, 1993).

Percebemos que os elementos constituintes da pintura, geograficamente, estão equivocados. Isto pode se dever ao desconhecimento topográfico do autor da obra, em relação à ribeira do Apodi, que já podemos observar anteriormente por meio de elementos culturais inseridos na obra, como os castelos e as redes armadas nas árvores. Mas também indica a incerteza das informações fornecidas aos europeus em relação aos sertões das Capitanias do Norte. Mesmo após dois séculos dos primeiros contatos, os sertões ainda eram ambientes predominantemente indígena.

Apesar de não ter a experiência em análise de obras de artes que os historiadores das artes dominam, cabe ainda observar alguns pontos, além dos elencados pelos colegas que já escreveram sobre esta pintura (PORTO, 2019; MEDEIROS FILHO, 1993; COLI, 2009). O primeiro são os elementos do cotidiano nas missões que, por mais que equivocados, trazem elementos sobre o convívio entre os índios e os missionários (os índios chorando a morte de Bourel), trabalho desenvolvido nesses locais (representado pela pesca) e as moradias dos índios e missionários. Apesar de ser uma representação provavelmente imaginária do cotidiano das missões, traz elementos relatados pelos missionários que ali estavam.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Outro aspecto que nos chamou a atenção foi a presença de dois personagens com roupas europeias em meio aos índios. Por se tratarem de dois homens, pode-se cogitar que sejam os missionários Manuel Dinis e Vicente Vieira, que também fizeram passagem pela Missão do Apodi, no entanto, nenhum dos dois homens traja túnica semelhante à do padre Bourel. Não acreditamos que uma imagem produzida para informar à posteridade os trabalhos catequéticos não utilize os elementos característicos de identificação dos missionários, como suas vestes. Poderia também ser o missionário Bonifácio Teixeira, que ficou a cargo da Missão após a morte de Filipe Bourel, mas pelo mesmo motivo apontado anteriormente, essa hipótese é posta em questão. Além disso, Serafim Leite escreveu que na ocasião de seu falecimento, o padre estava só, já que Bonifácio Teixeira estaria fora da missão (LEITE, 1945). Desta forma, podemos cogitar que os personagens europeus são figuras representativas da presença de outros agentes da Coroa portuguesa naqueles sertões e naquela pintura.

Como apontou Antônio Andreoni, a presença de soldados nas missões não era incomum, tanto pelo controle dos espaços pelos oficiais da Coroa, como para arregimentar indígenas para servir nas tropas d'El Rei. Assim, poderia os dois personagens estarem representando soldados a serviço da Coroa, justamente pela morte do padre ter ocorrido em período de grande conflito na ribeira do Apodi. Poderia também, os dois homens com vestes europeias representados na pintura serem sesmeiros, pois estes já frequentavam os sertões e já tinham contato frequente com os índios, inclusive os utilizando como guia para encontrar terras férteis para seus cultivos (LEITE, 2020). Fato é que a presença colonial, fosse através dos missionários responsáveis pela catequese e “civilização” dos índios ou dos sesmeiros ocupados em explorar as terras férteis da capitania, já se fazia bastante presente nos sertões, bem como as trocas culturais entre soldados, moradores, missionários e nativos.

Como já referenciado acima, o padre Bonifácio Teixeira ficou responsável pela Missão do Apodi depois da morte de Filipe Bourel. No entanto, devido aos constantes conflitos da Guerra do Açú, inclusive envolvendo os índios Paiaku, o padre Bonifácio Teixeira acabou abandonando a Missão em 1712. Ao encontrar uma tropa de soldados que cruzava a ribeira do Apodi, intentando fugir dos confrontos com os índios, os acompanhou e acabou, ironicamente, sendo atacado e morto por índios com a Tropa de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

soldados com a qual fugiu. Apesar de não contar com um missionário fixo no local da missão a partir daquele momento, esta continuou sendo protegida pelo Alvará que concedia uma légua em quadra de terras a ela (LOPES, 2003).

Maria Emília Porto relatou que, em 1714, o governador Geral da Paraíba, João Maia da Gama, emite uma ordem que “mantém a determinação de enviar índios para acompanharem os cabos de guerra, demanda que prossegue em 1726 para o Maranhão, indicando a vitória da tendência escravista e anti-indígena” (PORTO, 2019, p. 104), destacando que as autoridades coloniais continuavam recorrendo à Missão para formar seus exércitos de Guerra.

Devido à ausência de um missionário no local, a responsabilidade da administração da Missão recaiu sobre o padre que missionava na localidade mais próxima. Assim, em 1720, o Padre Francisco de Araújo apresentava-se como “sacerdote do hábito de São Pedro, vigário da Freguesia de Assu e administrador da Missão dos tapuias Paiaku da Ribeira do Apodi” (LOPES, 2015, p. 48). Na pesquisa realizada para a construção desse trabalho, não conseguimos encontrar maiores informações sobre o período entre 1712, data que o padre Bonifácio Teixeira abandonou a Missão do Apodi, e 1734, quando esta passou a ser administrada pelos capuchinhos italianos. No entanto, cabe ressaltar que sendo uma área na qual os conflitos da Guerra do Açu ainda se mostravam intensos e que havendo a necessidade de mais braços na guerra, acreditamos que a Coroa portuguesa tenha, de fato, recrutado esses índios para combater outros grupos étnicos, como apontado por Maria Emília Porto.

Também cabe salientar que os relatos de índios que desertavam das missões e iam viver em seus próprios costumes são realizados pelo Padre Filipe Bourel ainda na primeira década do século XVIII. Desta forma, também conjecturamos que devido à ausência de um missionário de maneira constante na Missão, um maior número de Paiaku deve ter continuado vivendo em seus costumes e realizando os deslocamentos durante as épocas de seca e colheita de determinados gêneros agrícolas.

Assim, os Paiaku da Missão do Apodi, continuaram povoando seus territórios sociais, seja vivendo ao seu próprio modo nos sertões da ribeira do rio Apodi, seja servindo de força bélica esporadicamente para a Coroa portuguesa, quando esta precisava combater outros grupos indígenas inimigos ou abrir caminhos para facilitação do

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

comércio com o Estado do Maranhão. Por se tratar de uma área de constante conflito e interesse para a Coroa portuguesa, acreditamos que o controle dos espaços continuou sendo exercido, mesmo que precariamente, pelos soldados e pelo missionário do Açú, por meio de visitas esporádicas, porém, não encontramos, nas pesquisas realizadas para este trabalho, fontes documentais que relatem como esse controle ocorreu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1734, a Missão do Apodi passou a ser administrada por um frade capuchinho italiano chamado Frei Próspero de Milão (LOPES, 2003). A administração das missões passar de uma Ordem para outra era algo comum no período colonial da América portuguesa (POMPA, 2003), haja vista as expulsões que ocorreram em determinados períodos, tanto dos jesuítas, como dos missionários capuchinhos franceses, que haviam sido expulsos pela restauração acusados de traição e, em 1705, tiveram o Hospício da Piedade, na Bahia, restituído aos capuchinhos italianos para benefício das missões em África (REGNI, 1988).

Nestas missões, procuramos apontar acima relatos que demonstram que mesmo com o estabelecimento de uma delimitação territorial fixa realizado pela Coroa portuguesa, os grupos indígenas continuavam a transitar pelos sertões das Capitâneas do Norte. Fosse durante os períodos de colheita de determinados gêneros alimentícios retornando para as missões, fosse se reestabelecendo em espaços que não aqueles determinados pela Coroa. Eles também continuavam com práticas próprias de sua cultura, mesmo tendo que conviver com os costumes ocidentais dentro das missões. Desta forma, os indígenas continuavam transitando em seus territórios sociais, mesmo tendo passado pelo processo de territorialização implementado pela Coroa.

REFERÊNCIAS

COLI, Jorge. Episódio e alegoria. **Anuário do Museu de Belas Artes**. Rio de Janeiro, vol. 1, 2009, p. 105-128.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

LEITE, Ristephany Kelly da Silva. **O regresso dos Paiauku**: deslocamentos e agências indígenas entre as Capitânicas do Rio Grande do Norte e Ceará (1700-1768). 2020. 152f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: INL, Liv. Portugália, 1945 – Tomo III.

LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade**: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII. Rio de Janeiro: PUBLIT, 2015.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2003.

MACEDO, Gil Eduardo de Albuquerque. As fronteiras do purgatório na Capitania do Rio Grande: um estudo das representações espaciais jesuíticas (1599-1725). **Revista História e Cultura**, Franca-SP, v. 3, n. 2, 2014.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. A morte do Padre Filipe Bourel – Descoberta a primeira pintura do RN. **Tribuna do Norte**. 24 de outubro de 1993.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana – Estudos de Antropologia Social**, v. 4, n. 1, Rio de Janeiro, 1998.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP, 1992, pp. 115-131.

POMPA, Maria Cristina. **Religião como tradução**: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial. Bauru-SP: EDUSC, 2003.

PORTO, Maria Emília Monteiro. Entre escrito e visual: trânsito das imagens nas cartas jesuíticas. In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; HONOR, André Cabral. **O Barroco na América Portuguesa**: Novos Olhares. João Pessoa: Editora do CCTA-UFPB; Sevilla: Universidad Pablo de Olivade/EnRedARS, 2019.

PORTO, Maria Emília Monteiro. **Jesuítas na Capitania do Rio Grande, séculos XVI e XVIII**: arcaicos e modernos. 2000. Tese (Doutorado em História) - Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2000.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros:** povos indígenas e a colonização do Nordeste do Brasil, 1650 – 1720. São Paulo: Hucitec; Editora da USP – Fapesp, 2002.

REGNI, Pietro Vittorino OFM Cap. **Os Capuchinhos na Bahia:** uma contribuição para a História da Igreja no Brasil. Vol. 2 – Os Capuchinhos Italianos (1705-1892). Tradução do italiano por Fr. Agatângelo de Crato OFM Cap. 1ª Edição. Caxias do Sul -RS: Imp. Grafica Editora Pallotti; Comp. Arte-final Artexto, 1988.